
CAPÍTULO IX

Testemunhos

Reflexões Fundamentais

1. Compreensão

INÍCIO DA MINHA COMPREENSÃO POLÍTICA E CULTURAL

Pertenci a uma família de modelo patriarcal de poucos recursos económicos provenientes da agricultura de sequeiro em S. Bartolomeu de Messines. Nasci em 1924 e no ano de 1928, depois de vendidos todos os bens rurais, deslocámo-nos para Faro, depois para Olhão, onde quase toda a família se dedicava à exploração agrícola em terras de regadio com a venda direta dos produtos ao consumidor no mercado municipal, primeiro em Faro, depois em Olhão. Meu pai era operário carpinteiro e morreu quando eu tinha 4 anos e minha mãe teve outro filho, meu irmão, também filho do meu pai, que não chegou a conhecer.

Ainda muito jovem (15 ou 16 anos), em Messines, minha mãe aprendeu a fazer costura para homens quando ainda não havia «pronto-a-vestir», e durante toda a sua vida (morreu quando tinha 52 anos) trabalhou para sustentar os filhos, tendo, em Olhão, arrendado casa, independente da restante família.

Havia na família um irmão de minha mãe, meu tio, que estudou no seminário de Faro até à altura de se «formar», tendo abandonado os estudos precisamente antes da formatura, preferindo a vida militar, em que fez carreira. Dou uma relativa importância a este facto, porque, através de contactos periódicos com este meu tio, em idade

escolar, terei recebido alguma influência de caráter literário, tendo a minha avó alimentado a esperança de ter na família um neto padre que seria eu, mas nunca aconteceu.

Completada a minha instrução primária, durante a qual avancei estudos relativos ao secundário, empreguei-me no comércio local (Olhão) e continuei a preparar-me (à noite) para exames periódicos, tendo completado o equivalente ao 5º ano desse tempo (agora 9º ano), prosseguindo no entanto a estudar com afinco matérias de interesse cultural, que ainda duram.

Quando completei 16 anos, concorri e empreguei-me na Tesouraria da Fazenda Pública, em Olhão, aumentando os meus proventos de interesse familiar, melhorando também as minhas condições de leitura e estudos de matérias diversas, porque dispunha de horário de trabalho favorável. Este foi o tempo de alargar os meus conhecimentos a mais vastos horizontes, incluindo a abordagem de problemas políticos e sociais que ainda duram. Foi no ano de 1940 que resolvi definitivamente o problema religioso que de certo modo me afligiu interiormente, afetando o meu relacionamento familiar com os mais velhos, principalmente a minha avó materna, que gostava que eu fosse padre, com o patrocínio do cônego Delgado, em Olhão, com quem cortei relações de amizade e de submissão religiosa.

Socialmente, vivia-se um ambiente de sobressalto económico e político, com o fim trágico da guerra civil em Espanha, sofrida por reflexo em Portugal, com a Polícia Política (Pide) colaborando, prendendo republicanos espanhóis, porventura refugiados entre nós e entregando-os a Franco para serem fuzilados, ouvindo-se na raia fronteira o tiroteio. Vinha-me à mente a figura do grande poeta Federico

Garcia Lorca assassinado em Granada, sua terra natal, por ser pacifista e defensor da arte e da cultura para todo o povo. Ao mesmo tempo, tinha-se desencadeado a 2ª guerra mundial; a morte proliferava, primeiro na Europa, depois no mundo. As dificuldades económicas alastravam, com racionamentos alimentares e formações de filas de espera na Junta de Freguesia, para obtenção de senhas de abastecimento. Populações avultadas fugiam dos campos para o litoral onde os desempregados se aglomeravam. As fábricas de conserva de peixe, ainda funcionando lentamente, não absorviam o excesso de trabalhadores, homens e mulheres que se ofereciam para trabalhar, numa altura em que as pescas não absorviam também o excesso de mão-de-obra disponível. A crise era evidente nos campos, vilas e cidades.

As minhas leituras prosseguiam sistematicamente. Li com grande entusiasmo Antero de Quental, sonetos e prosa; Marx e Engels; Proudhon: teorias político sociológicas; literatura: além de Antero, li outros escritores da «geração de setenta», como Oliveira Martins – História; Eça de Queiroz – Romance; Ramalho Ortigão – Farpas; autores russos como Tolstoi, Dostoievski, Gorki e ainda Freud (austríaco), Roger Martin du Gard, Zola e os escritores portugueses do «neorrealismo», alguns perseguidos pela Pide, como Fernando Namora, Miguel Torga e outros como Antunes da Silva que encontrei mais tarde na prisão.

2. Atividade no MUD Juvenil e ligação ao mundo do trabalho

Em 1946, no rescaldo do armistício que pôs fim à 2ª guerra mundial, o governo português, pressionado por interesses políticos de o país pertencer às «Nações Unidas», onde só participavam os que fossem

democráticos, resolveu simular, aos olhos da Europa, que o país era «tão livre como a livre Inglaterra». Aproveitando esta mistificação da realidade política, onde de facto a Ditadura continuava como sempre a privar o país e o povo de liberdade, foi possível no entanto criar-se em Lisboa e depois em quase todo o país, Movimentos de luta, cultural e política MUD e MudJuvenil, formados por forças democráticas e anti fascistas que visavam agitar o ambiente de insegurança e de medo predominante, abrindo o mais possível novas perspetivas de unidade e de luta.

Numa reunião clandestina efetuada em Faro, com a presença de um delegado da comissão central do MudJuvenil, foi criada a comissão distrital de Faro e, a partir dela, várias concelhias em quase todo o Algarve. Eu fiquei integrado na de Olhão, com a missão de participar também nos esforços de organizar núcleos de juventude noutros locais da província, como de facto aconteceu.

A metodologia da organização consistia no estabelecimento de contactos com estudantes, operários fabris ou camponeses, empregados de escritório e no comércio, formando-se comissões de conjuntos ou específicas, consoante o número de jovens disponíveis em cada sector. As atividades consistiam na mobilização de aderentes, tendo em vista as condições de trabalho e os problemas daí decorrentes, no sentido de, através da unidade, lutar por melhores salários, condições de higiene e/ou segurança no trabalho, horários convenientes. Também se criaram comissões de estudo de matérias relacionadas com o aperfeiçoamento das condições de trabalho existentes; desalfabetização, no campo (nas aldeias) ou nas cidades, ocupando os estudantes nos seus tempos livres, usando sociedades de recreio para fins culturais (leituras, exercício físico, recitais de poesia ou de música, dança e passeios).

Para dar uma ideia do desenvolvimento destas atividades e do interesse manifestado pela juventude no Algarve, refiro que, em março de 1947 (cerca de um ano depois de criado o MudJuvenil), por ocasião da semana internacional da Juventude, realizou-se em Olhão (Bela Mandil) uma concentração de jovens de quase todo o Algarve, cerca de mil, segundo a polícia, que interveio, inesperadamente, tentando dispersar os manifestantes, o que de facto veio a acontecer, depois da direção da organização impor algumas condições que a polícia aceitou, tendo-se realizado um desfile memorável de jovens cantando canções musicadas por Fernando Lopes Graça, por cerca de 3 Km até Olhão, onde finalmente a polícia abriu fogo de metralhadoras (para o ar) dispersando finalmente os participantes.

Dias depois começaram a prender os organizadores.

3. Repressão política e laboral

Em 17 de abril de 1947 fui o terceiro elemento do MudJuvenil de Olhão a ser preso pela Pide com a colaboração da polícia de segurança pública, como muitas vezes acontecia. Fui detido juntamente com o Galamba da Rocha, de Faro, que se tinha deslocado à minha casa onde, na altura, estava instalado o aparelho impressor, para, em conjunto, escrever e imprimir o manifesto, aliás como era costume. Depois de interrogados pela Pide, em Faro, fomos transportados para Lisboa, primeiro para o Aljube, depois para Caxias, onde encontramos presos, entre outros, Mário Soares, Pulido Valente (filho), Júlio Pomar, Antunes da Silva. Estavam presos na mesma cela, onde também ficámos. Éramos ao todo 14 ou 15. Os interrogatórios (e as torturas) eram efetuados em salas para esse fim, na sede da Pide, na

Rua António Maria Cardoso, para onde os detidos eram transportados para o que acontecesse .Podíamos voltar depois do interrogatório, para Caxias, ou para outro (outros) local (enfermaria, ou diferentes locais adequados para o prosseguimento das «investigações»).

A vida diária nas celas (no intervalo dos interrogatórios que eram sempre individuais) decorria com alguma descontração. Por exemplo, o Júlio Pomar tinha pedido autorização ao chefe da Prisão para poder pintar, o que foi conseguido. Sempre que possível, instalava-se diante das telas, com as cores ao seu lado, pintando, às vezes, mais do que um quadro de cada vez. Foi numa destas operações que pintou, à nossa vista. «O almoço do Trolha», hoje célebre, esteja onde estiver. Noutras ocasiões, separávamo-nos em grupos, estudávamos matérias que nos interessavam (com livros previamente autorizados), ou discutíamos problemas de interesse comum (alguns em segredo) por haver uma vigilância policial muito frequente. Noutras celas, o ambiente e os comportamentos eram equivalentes.

No país, onde as prisões de jovens e adultos prosseguiam, as condições de trabalho e de sobrevivência da população agravavam-se, depois de um período relativamente extenso, durante os anos trágicos da guerra, em que a produção na indústria conserveira e nas pescas absorveu mão de obra disponível, tanto no litoral como nos campos, de onde muitas mulheres se deslocavam para trabalhar nas fábricas. Durante esse tempo, também a exploração mineira, sobretudo no norte do país, contribuiu para atenuar carências tradicionais nalguns pontos do país.

Agora, nestes anos politicamente agitados de luta pela Paz ameaçada com a hipótese de uma 3ª guerra, recruscedia em Portugal, a vaga de prisões que sempre existiram durante o tempo da Ditadura.

Para agravar ao máximo as difíceis condições políticas, económicas e sociais, surgiram as guerras coloniais desde o início dos anos sessenta, com todo o infausto cortejo de fome, miséria e morte, até praticamente 25 de abril de 1974. Quanto ao destino de quem escreve estas linhas, depois da 1ª prisão em 1947, de onde saí com residência sujeita a vigilância, prossegui a luta pela Democracia, novamente preso em 1948, por pouco tempo, mas fui demitido do lugar que ocupava nas Finanças; depois, agravando-se ainda mais a minha situação económica e familiar, sofri nova prisão em 1951 e outra vez em 1952, tendo saído por motivo de perda de saúde devido a maus tratamentos na prisão, a libertação aconteceu porque a Pide recebeu a minha morte na prisão, numa altura em que o Regime procurava convencer as «Nações Unidas» de que era democrático.

4. Reflexões sobre os problemas laborais contemporâneos.

Depois de 25 de abril de 1974, os governos democráticos, pressionados pelas organizações dos trabalhadores e naturalmente pelo desejo próprio de fazer justiça após quase 50 anos de ditadura, com níveis de exploração do trabalho para além dos limites desejáveis de subsistência de quem trabalha e seus familiares procederam a aumentos sistemáticos de salários e regalias de benefícios nunca antes praticados. Historicamente, e ao longo da existência do nosso país, as condições económicas e sociais das populações têm sofrido vários choques de carência e privações de várias ordens e por diversas causas perfeitamente definidos por diferentes historiadores, entre os quais destacamos Oliveira Martins e também (não sendo historiador,

mas pertencendo igualmente à geração de setenta), Antero de Quental, que num trabalho sobre o nosso comportamento político e psicológico chamado «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares», refere os condicionalismos subjacentes ao nosso comportamento como povo e respetivos governantes. Chamo aqui e agora a atenção para o estudo deste trabalho (e porventura de outros equivalentes), para se obter uma melhor e mais justa compreensão de acontecimentos contemporâneos.

Regressando à reflexão sobre «problemas laborais» após 25 de abril, verificamos até hoje, salvo raras exceções temporais, que o país tem vivido, alimentado por empréstimos financeiros do estrangeiro que agora somos obrigados a liquidar, como tem acontecido noutras ocasiões. Só que, devido à crise, fundamentalmente devida à natureza do sistema económico-social em que vivemos e ao mau uso que fazemos dele, está agravando terrivelmente a situação de todos os trabalhadores e seus familiares, sofrendo o desemprego, obrigando-nos ou convidando-nos a proceder em conformidade com as exigências que as circunstâncias nos impõem temporariamente.

P.S.: Confirmando embora o conteúdo total do que ficou exposto, considero importante e necessário acrescentar algumas considerações sobre a situação político-económica e social existente hoje no nosso país, como reflexo inevitável do que acontece no mundo, nomeadamente na Europa e nos países mais próximos de nós, cujas influências mútuas não podemos ignorar.

Parto do princípio de que a vida e as sociedades são de natureza dinâmica e sofrem as consequências da evolução a que todos

estamos sujeitos. A vida de cada pessoa individualmente considerada pode servir de exemplo extrapolável para avaliação e compreensão da Realidade, se porventura não houvesse (e há) demonstrações mais convincentes. Entrando mais objetivamente na matéria que nos interessa aqui e agora, é forçoso reconhecer que os países da Europa, mais concretamente os do mercado comum (Euro) suportaram nos últimos dez, quinze anos, a consequência do desenvolvimento mais acelerado dos países da Ásia, nomeadamente a China, Índia e outros, concorrendo com os europeus (como nós) nos mercados consumidores, em melhores condições, sobretudo na escala industrial, e não só. Além disso, há um fenómeno de carater universal que é a concentração do capital, cada vez mais depressa, na posse de pessoas, bancos, países, que, sendo mais ricos, ficam com mais poder de decisão, devido à concentração de recursos, cada vez mais em poucas mãos com mais poder de atuação e de decisão. (Há, como é sabido várias teorias e teses para explicar e combater? esta realidade que cada vez é mais real e verdadeira). Que fazer? A resposta não altera, por enquanto, esta realidade, neste mundo onde vivemos agora e certamente, nos tempos mais próximos

As condições de trabalho e de vida são afetadas (dirigidas?) pela concorrência (impercetível?) de uns sobre outros, ou de alguns sobre todos(?). Isto resulta naturalmente da sobrevivência dos seres em comunidades ser interdependente das relações interestabelecidas, com ou sem consciência desta realidade, confirmada pela existência de hierarquias mutuamente controladas para se manterem concetualmente inalteráveis.

Resumindo com o realismo necessário e possível, esta breve «reflexão sobre os problemas laborais contemporâneos», parece-me que na prática há vantagens coletivas em aceitar os atuais condicionalismos existentes. O exemplo da Grécia (e não só) tão perto de nós, parece confirmar a conveniência comum de preferirmos e de mantermos a existência e a consolidação do Euro, prosseguindo na direção política maioritariamente trilhada, obviando o mais depressa possível a insuportável situação dos desempregados e seus familiares.

A Luta das Operárias Conserveiras

1. Algumas palavras em jeito de introdução

Porque nasci em Portimão, um importante porto de pesca e dos maiores centros conserveiros do país, e vivia no largo principal da cidade, junto do rio Arade, desde cedo tomei contacto com as lides dos pescadores, com as operárias das fábricas de conservas e os seus filhos, com quem eu e o meu irmão brincávamos no cais. Criei assim uma grande ligação, quer com o rio, quer com uma miudagem que não era propriamente da minha classe social. O que foi muito útil e importante, porque me permitiu perceber, desde muito nova, que havia grandes e injustas diferenças sociais. E também manter ligação e amizade com aqueles amigos de infância.

Quando tinha pouco mais de 5 anos assisti das janelas da nossa casa a uma enorme manifestação, que se desenrolava no largo (então chamado do coreto e mais tarde largo Manuel Teixeira Gomes). Era uma multidão de homens e mulheres, pescadores, operárias conserveiras e operários agrícolas das grandes propriedades rurais dos arredores (Morgados de Arge, da Torre, do Fialho, que eram também grandes armadores e donos de fábricas de conservas). O que toda aquela gente concentrada no largo gritava, não consegui entender. Mas fiquei paralisada de terror quando entrou no largo uma força

da GNR a cavalo, comandada pelo tenente Quintino, que avançou sobre os manifestantes, a bater-lhes com os chicotes e, parecia-me, a esmagá-los com os cavalos. Durante anos procurei compreender o que se tinha passado e vim a saber que aquela manifestação estava enquadrada na grande luta contra o encerramento dos sindicatos e associações livres dos trabalhadores, quando foram criados os sindicatos nacionais fascistas, quem eram aqueles trabalhadores e quais os sindicalistas, anarquistas e comunistas que tinham sido presos e tinham conduzido aquela batalha. Foi o 18 de Janeiro de 1934.

Muitos anos mais tarde, pouco depois do 25 de Abril, quando pude retomar contacto com a minha terra e com algumas antigas amigas operárias conserveiras, estas contaram-me um episódio exemplar para o entendimento do que foi o fascismo e o 25 de Abril, que a partir daí usei em sessões de esclarecimento: Na Fábrica Liberdade, quando já existia uma rede de frio, que permitia trabalhar o peixe congelado mesmo durante o tempo do defeso, o patrão não fornecia as luvas há muito reclamadas pelas operárias, que ficavam com as mãos enregeladas e cheias de frieiras. No dia 24 de Abril de 1974 as trabalhadoras combinaram que, se não lhes dessem as luvas no dia seguinte, fariam uma paralisação de trabalho em pé em frente das bancadas. E foi isso que fizeram, bem cedo na manhã seguinte, 25 de Abril. O encarregado telefonou ao patrão, que por sua vez telefonou para o posto da PIDE, para que viessem prender as “cabecilhas da luta”. Mas os pides já tinham “dado à sola” – como elas me contaram, com grandes gargalhadas.

Eleita pelo círculo de Faro para a Assembleia da República, levantei mais de uma vez a situação das operárias da indústria

conserveira, e da crise gravíssima que viviam. Em 17 de Junho de 1983, numa das minhas intervenções, disse:

“(…) Os trabalhadores da indústria conserveira são neste momento cerca de 2600 [no Algarve], na maioria mulheres, em elevada percentagem com contratos a prazo, que vivem numa angustiante insegurança quanto à conservação dos seus postos de trabalho, com os ordenados em atraso em grande parte das empresas (nalguns casos sem receberem ordenado há um ano, como na Fábrica Abreu Pimenta, ou há seis meses, como na Aldibel, ambas em Lagos, que nós visitámos exactamente para conhecer melhor a situação, e ainda com dois meses e meio de ordenados em atraso, como acontece na Embamar, e sem terem recebido o subsídio de Natal e sem esperanças de receberem o subsídio de férias, como na Concentral, ambas de Portimão); na iminência do desemprego, as trabalhadoras deparam com tremendas dificuldades de encontrar emprego noutros sectores, também eles em crise. // Há ameaças ou indícios de encerramento de várias empresas e conhecem-se casos de projectos de imóveis de luxo para a área das fábricas, já encerradas ou ainda em elaboração. (...)” À análise da situação, seguiam-se as propostas do PCP para a sua solução, que o governo do Partido Socialista ignorou completamente.

Citei estes três factos, que selecionei entre muitos outros, para explicar o profundo interesse e a amizade que desde sempre me ligou às operárias conserveiras da minha região, a admiração pela sua coragem e pelas lutas que travaram. Por isso, ao ser convidada para o Encontro sobre “*O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal*”, promovido pelo Instituto de História Contemporânea, realizado no Museu

de Portimão, em 3 e 4 de Junho de 2011, apresentei o trabalho “*Lutas das Operárias Conserveiras – abordando também algumas lutas e greves de pescadores*”, circunscrito ao Algarve e focando essencialmente o decurso de 20 anos, entre 1950 e 1971.

Este trabalho serve de base ao que desenvolverei agora, a pedido da Organização das Mulheres Comunistas, em que procurarei abranger as lutas das operárias conserveiras de várias outras regiões do País.

2. Alguns dados gerais

A indústria de conservas de peixe iniciou-se em Portugal, em 1865, com a instalação de uma fábrica de atum em Vila Real de Santo António. Mais tarde, em 16/11/1889, foi fundada em Setúbal a indústria de conservas de sardinha.

Desde essa época foram sempre as mulheres que constituíram a maioria dos operários conserveiros.

Dados dos anos cinquenta, por exemplo, indicam que no Algarve, num total de 9830 operários da indústria de conservas de peixe, 7945 eram mulheres. A esmagadora maioria destas mulheres estava no quadro adventício, enquanto a maioria dos homens estava no quadro permanente. Assim, enquanto só 89 homens faziam parte do quadro adventício, 5976 mulheres permaneciam nele, o que dá para avaliar que elas sofriam um maior grau de instabilidade, menos dias de trabalho e menores salários do que os homens.

À escala nacional, nos anos 60 em cada 100 trabalhadores da indústria de conservas havia uma mestra, 8 operários homens, 20 operárias especializadas e 71 manipuladoras, isto é, eventuais.

Estas proporções entre mulheres e homens, nomeadamente quanto à respetiva situação no quadro permanente e adventício, tem-se mantido até hoje, sem grandes oscilações.

Sujeitas à grande exploração que sempre dominou o setor, mas ainda mais exploradas do que os homens, sempre com salários inferiores aos deles e com piores condições nos Contratos Colectivos de Trabalho, as operárias conserveiras destacaram-se pela sua combatividade nas zonas de predominância da indústria: Setúbal, Algarve, Matosinhos e Peniche.

A industria conserveira esteve sempre diretamente ligada à pesca, localizando-se nos principais centros piscatórios as maiores (ou mais numerosas) fábricas de conservas de peixe. Assim por exemplo, em 1940, quanto ao número de operários, a classificação dos centros da indústria, por ordem decrescente, era a seguinte: Setúbal, Portimão, Olhão, Matosinhos e zona Centro, o que correspondia à importância relativa dos portos de pesca. Pela mesma razão se interinfluenciaram os sentimentos de revolta contra a exploração e as disposições de luta das conserveiras e dos pescadores, dado que em geral a crise num dos setores se refletia imediatamente no outro, os maiores armadores eram simultaneamente donos das mais importantes empresas das conservas de peixe e grande parte das operárias conserveiras eram simultaneamente mulheres ou familiares de pescadores.

Ao declínio de um dos setores correspondeu igualmente o do outro, embora em proporções diferentes de região para região.

As sucessivas crises da indústria fizeram baixar o número de unidades fabris, que passaram de 215 em 1934, para 163 em 1964

(uma redução de cerca de 43% em trinta anos), não obstante os anos da grande produção, que coincidiram com a II Guerra Mundial (1939–1945).

Em 1997 ainda existiam 40 fábricas de conservas, incluindo as Regiões Autónomas, tendo-se deslocado a sua concentração para norte do Tejo em cerca de 80% ,envolvendo um total de cinco mil trabalhadores, em situação de trabalho precário, dadas as perspetivas muito negativas para a indústria. A grande maioria das fábricas portuguesas estão a trabalhar a 50% da sua respetiva capacidade.

A participação da Juventude nas Eleições de 1973

“

Quero agradecer o amável convite da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para dar o meu testemunho neste painel, sob o tema “A participação da juventude nas eleições de 1973”;

—

Apresento os meus cumprimentos aos conferencistas, aos cientistas sociais aqui presentes, a todos os convidados e interessados nesta matéria;

—

Mais importante do que o meu testemunho, fica o repto para que a Academia estude o trabalho desenvolvido pelo MJT – Movimento da Juventude Trabalhadora, estrutura juvenil unitária criada em 1968, fruto da capacidade de mobilização antifascista e unitária do PCP, que tinha como referência histórica o MUD Juvenil dos anos 40;

—

Lanço este repto, porque existe um ínfimo conhecimento deste movimento juvenil, que iria ser determinante na preparação e engajamento político de uma geração de jovens, como eu, rapazes e

raparigas, que iriam ter um papel predominante na farsa eleitoral de Outubro de 1973, e muitos de nós, no período pós 25 de Abril;

—

Mas recuemos ao ano de 1968: após a célebre queda de Salazar da cadeira, Marcello Caetano é indigitado pelo regime fascista como Presidente do Conselho de Ministros;

—

Segue-se o denominado período da “Primavera Marcelista”, que mais não foi do que uma fraude do velho regime que, para sobreviver, mudou o nome a alguns serviços e instituições do fascismo, mas não retirou a carga repressiva nem terminou a guerra colonial;

—

Foi neste quadro, com os meus 16 anos, que iniciei no Liceu, os primeiros passos de contestação à ditadura, numa primeira fase, mais focalizada na luta pela liberdade de expressão, e a partir de 1970, com uma visão ideológica visivelmente de esquerda, a contextualizar essa luta com a luta dos trabalhadores portugueses e da necessidade de se acabar com a guerra colonial;

—

Em Setúbal, comecei a frequentar o Circulo Cultural, uma colectividade declaradamente antifascista, tendo convivido com José Afonso, mas também com outros camaradas, homens e mulheres, muito empenhados na luta contra o regime, como por exemplo o meu amigo Teodósio Cacholas, aqui presente;

—

Depressa tomei contacto com o Movimento da Juventude Trabalhadora, que se organizava na Península de Setúbal em estruturas concelhias semi-clandestinas, muito associadas às colectividades e a empresas (na Lisnave, haviam 40 activistas, e muitos na CP e na CUF);

—

Pecando pelo esquecimento de muitos: em Setúbal, estavam organizados os Irmãos Luz (o Jorge e o Carlos), o Pina, o Caldeira, o Renato, a filha do Zeca, Lena Afonso, a Adriana Espanca, a Teresa; em Almada, o Manuel Judas, o João Rodrigues, o João Neves; no Barreiro, o Virgílio Azevedo, já falecido, o Hermenegildo Correia, o José Neto, o João Mário, o Carlos Humberto, actual Presidente da Câmara; em Alhos Vedros, jovens ligados aos padres operários; no Seixal, a Ângela, e muitos outros;

—

Havia uma estrutura responsável, ligada ao PCP, creio que formada pelo Manuel Judas, Virgílio Azevedo e Jorge Luz;

—

Nessa altura, apesar de não ser membro da UEC, nem do PCP, participava activamente em reuniões clandestinas e semi-clandestinas, através o Movimento da Juventude Trabalhadora, recebia o “Avante”, distribuía comunicados;

—

O ano de 1973 foi especialmente rico, porque a oposição ao regime, aglutinada na CDE, iria aproveitar o III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Abril, em Aveiro, e o simulacro eleitoral de Outubro desse ano para alargar o âmbito da luta antifascista;

—

O MJT teve um papel impar na compilação dos inquéritos à população, cuja estrutura foi feita com a ajuda de um padre operário e sociólogo, que levaram à edição das “Teses do Movimento Democrático do Distrito de Setúbal”, apresentadas no III Congresso da Oposição Democrática;

—

Vejam, a pag. 85, na Comunicação de Jovens Operários sobre os problemas da Construção Civil, feita por jovens operários da Baixa da Banheira, “um dos problemas mais prementes e que exigem imediata solução é a falta de condições de segurança pois segundo revelações de todos os contactados, estas não oferecem as mínimas garantias”;

—

Ou, a pag. 119, sobre a Situação dos Jovens no Distrito de Setúbal, vê-se pelo índice, refere-se que foram efectuados e analisados 630 inquéritos sobre diversos temas, como “Idade com que os jovens começaram a trabalhar; ordenados e horas dos jovens; tempo de estudo para trabalhadores-estudantes; falta de condições materiais no ensino; guerra colonial; falta de liberdade e opressão das instituições; pensas que o Governo está a tentar resolver estes problemas? Porquê?; direito de voto aos 18 anos”.

De salientar que as teses dos jovens foram aprovadas por uma assembleia de 130 jovens do distrito;

—

Nas nossas reuniões falava-se do fascismo, da sua perpetuação no poder, das perseguições e prisões por

delito de opinião, da proibição de organização partidária e sindical, da censura e da falta de liberdade de expressão, da pobreza, do isolamento político internacional, etc.;

—

Para a minha geração era fundamental abordar o tema da guerra colonial, da injustiça dessa guerra, e da necessidade de pôr fim urgente à mesma;

—

À data, a questão que se levantava aos jovens progressistas já não era tanto a deserção e o exílio europeu, mas o combate nas fábricas, nas escolas e na tropa, ainda que tivéssemos de ir para a guerra colonial;

—

As sementes de Abril já estavam lançadas, e o ambiente entre a juventude era de franca hostilidade à continuação desta guerra injusta;

—

Foi neste quadro que fui candidato pela oposição “Movimento Democrático do Distrito de Setúbal”/CDE, tendo, com 20 anos, sido o candidato mais jovem do país, a ponto de ter-me emancipado para o efeito;

—

A questão da liberdade de expressão, logo levou à exigência de “amnistia para os presos políticos”, podendo-se ver em longas faixas nos locais onde fazíamos as sessões, nomeadamente as colectividades do distrito, como a Academia Almadense, a Incrível Almadense, o Ginásio Atlético Clube

da Baixa da Banheira, ou cine-teatros, como o Teatro-Cine Barreirense e o Casino Setubalense, entre outros;

—

Outras faixas diziam “Abaixo a Censura”, “Abaixo o Fascismo”, “Reforma Agrária: a terra para quem a trabalha”, “aumento de salários e baixa de preços”, “Direito à livre organização do Movimento Democrático”;

—

E muito rapidamente, em nome da juventude, exigia o fim da repressão, acabando muitas vezes com a frase “Morte à PIDE assassina”;

—

O outro tema incontornável era a guerra colonial, havendo faixas que diziam “Negociações para o fim da Guerra Colonial” e, creio que cheguei a ver também a dizer “Abaixo a Guerra Colonial”;

—

A imprensa, sujeita à censura, pouco podia transcrever da campanha, omitindo ou alterando o termo “guerra colonial”;

—

Ex: jornal “República”, que acompanhou o melhor possível a campanha eleitoral, quanto à minha intervenção contra a guerra colonial : “O «estado de guerra» é o pretexto a que se recorre para a manutenção e a legalização das restrições às liberdades públicas e para o exercício das mais diversas formas de repressão”;

—

Vejam, «estado de guerra», em vez de «guerra colonial»;

—

Outro ex: “Diário de Lisboa”: “referiu-se
a terminar à guerra em África”;

—

Falou-se dos movimentos patrióticos da resistência
anticolonialista, pelo seu próprio nome – MPLA, FRELIMO,
PAIGC – da necessidade de negociações para a paz, e
denunciou-se os crimes de guerra do colonialismo,
nomeadamente o massacre de Wiriamu, em Moçambique;

—

E no último dia da campanha, no Barreiro, com o sargento Reis
a querer obrigar ao fim da sessão, conseguiu-se, pela força que
as centenas de pessoas que estavam na sessão, diria, comício, foi
possível dizer, num apelo final à não participação na burla eleitoral,
levando o voto à urna: “Será que devemos participar nesta burla ao
Povo Português? Deixemos as urnas para eles, na certeza de que
não virá longe o dia em que lhes cantaremos a marcha fúnebre!
Então, o Povo deixará de ter de emigrar! Deixará de ter de morrer
e matar! Então escolherá livremente os seus representantes!”;

—

Foi uma frase premonitória, pois apesar de sentirmos uma
grande adesão dos trabalhadores e dos jovens, em particular, não
imaginava que um grupo de jovens militares já conspiravam contra
o regime, e viriam, poucos meses depois, na alvorada revolucionária
de 25 de Abril de 1974, a libertar Portugal do jugo fascista;

—

Em conversa recente com Manuel Judas, foi-me dito que eu
falava no final de cada sessão, não porque era o elemento mais

jovem dos candidatos, como eu pensava e aceitava, mas por razões estratégicas, porque a forma directa como os temas mais polémicos da juventude eram abordados forçavam uma intervenção no final, quer pelas expectativas criadas a quem já conhecia o que eu iria dizer, quer para não pôr em risco a própria sessão, através de interrupção policial;

—

Aliás, em nome da juventude, nas minhas intervenções, exigindo o fim da repressão, acabava com a frase “Morte à PIDE assassina”;

—

As ameaças sobre os candidatos da oposição foram muitas, antes e durante o período eleitoral, directamente, através de notificações e constituição como arguidos na PIDE/GDS, indirectamente, através de intervenções da ANP: “Direitos políticos suspensos por 5 anos para os candidatos que desistirem”, “Candidatos oposicionistas, mandatários do Terrorismo”;

—

Logo a seguir às eleições, a luta continuou, e a repressão também;

—

Na homenagem ao velho democrata e republicano José Alaiz, em Almada, em 31 de Janeiro de 1974, o MJT entendeu que o seu representante jovem deveria continuar a falar nos mesmos termos que na farsa eleitoral;

—

Já tinha sido ameaçado pela PIDE/DGS que me deveria inibir de falar sobre a guerra colonial, tendo sido mesmo esse o tema escolhido para a minha intervenção, o que

originaria, dias mais tarde, a minha prisão, bem como de outros democratas, numa demonstração clara que a Primavera Marcellista era a continuidade do fascismo.

—

A este homem com 58 anos, que já foi jovem cheio de utopia e de muitas solidariedades, permitam que conclua o seguinte: decorridos 37 anos após o 25 de Abril, vivemos num estado formalmente democrático, cada vez mais musculado e menos participativo, escandalosamente neoliberal, prisioneiro das oscilações do Mercado, mas continuo a ter sonhos, e a transmitir sonhos aos meus filhos e netos;

—

Temos de ter a coragem de nos unirmos, como fizemos na época que vos tentei retratar, juntarmo-nos pelo que é essencial e despirmo-nos do acessório;

—

Porque só assim, conseguiremos vencer este monstro que novamente nos quer consumir!

—

Muito Obrigado!

”

A Conquista das 8 Horas pelo Proletariado Agrícola do Sul em 1962

A conquista do horário das 8 horas nos campos do Sul em 1962 faz cinquenta anos no próximo ano. Falo deste acontecimento não por ter lido ou ouvido falar, mas por ter estado envolvido nele, do princípio até ao fim.

Antes de entrar na questão das oito horas, gostaria de fazer referência a alguns aspectos importantes para melhor entender esta luta. A região do Sul de Portugal – Alentejo e Ribatejo – é a região da grande propriedade. Nos anos sessenta os quinhentos maiores proprietários do país possuíam mais terra que 500 mil pequenos e médios agricultores. Antes da Reforma Agrária, tal como na actualidade, os primeiros detinham grandes e férteis propriedades como a Comporta, a Palma, a Barrosinha. As herdades com 2.000, 3.000 e 5.000 e mais hectares eram, e são ainda, na ordem das centenas. Depois da sua destruição, o latifúndio ficou ainda mais concentrado.

Até à Reforma Agrária a agricultura concentrava-se nos campos do Sul, onde trabalhavam mais de 200.000 operários agrícolas. Estes eram duramente explorados, privados de direitos, ganhando jornas de fome, cerca de 25/30 escudos por hora de trabalho. Laboravam de sol a sol e estavam sujeitos a longos períodos de desemprego e de fome.

A sua luta era violentamente reprimida, sendo milhares de operários agrícolas presos e sujeitos a longos anos de cadeia. Vários foram mortos como Germano Vidigal, António José Patuleia, Alfredo Lima, Catarina Eufémia, José Adelino dos Santos, entre outros.

O assalariado agrícola não é um camponês, não é um pequeno agricultor. É um operário agrícola. Para sobreviver mais sua família tem apenas a sua força de trabalho para vender. Não quer a terra para ser agricultor e a Reforma Agrária foi o exemplo mais claro disto. O operário agrícola quer apenas a terra para a trabalhar. O operariado agrícola do Sul é uma classe avançada, com elevada consciência política, com espírito de organização e de unidade. A Reforma Agrária com as suas novas Unidades Colectivas de Produção dirigidas por órgãos eleitos, comprovam esta realidade.

A luta do operariado agrícola do Sul pelo pão e pela liberdade, contra a ditadura, não foi uma luta espontânea. Não é possível falar da sua história, da sua longa resistência sem falar do papel organizador e dirigente do PCP. Não há importantes lutas do proletariado agrícola do Sul onde não esteja a voz do PCP. Este operariado agrícola foi um dos mais fortes baluartes da resistência antifascista na luta do povo português que conduziu à revolução libertadora do 25 de Abril de 1974.

A conquista das oito horas

Como já citei, a histórica conquista das oito horas, pelo operariado agrícola do Alentejo e Ribatejo foi há 49 anos. Importa destacar: estávamos em pleno fascismo e o fascismo era cruel. A luta vitoriosa das oito horas foi a luta de maiores dimensões e a mais avançada do operariado agrícola sob as condições fascistas. A luta

abrangeu mais de um terço do território nacional e cerca de 200.000 trabalhadores. Esta magnífica luta representou um desafio atrevido à ditadura e ao poder dos grandes proprietários. Não podiam ouvir falar das oito horas.

Esta não foi uma luta de meses, nem uma luta nesta ou naquela localidade, espontânea. Foi uma luta longa, de anos (1957-1962), que envolveu muita discussão e muita preparação. Tiveram lugar centenas de reuniões e plenários, alguns com 80, 100, 150 e 200 participantes (realizados sobretudo à noite). Formaram-se dezenas de comissões de unidade e comités de greve. O jornal *O Camponês*, fundado em 1947, teve um papel importante na preparação desta luta.

As oito horas eram uma das aspirações mais sentidas entre os trabalhadores agrícolas. Eram uma exigência para melhorar as suas duras condições de trabalho e de luta. Estava claro que a vitória das oito horas exigia forte determinação e organização. Exigia greve longa em muitas localidades. Foi isso que aconteceu.

Nos começos da década de sessenta havia organização e havia vontade de avançar: a luta popular contra o fascismo crescia. Em Janeiro de 1960 dera-se a fuga de Peniche e em Dezembro de 1961 a fuga de Caxias; iniciara-se a luta contra a guerra colonial; em 1961, dá-se o assalto ao *Santa Maria* e no ano seguinte a tentativa de assalto ao Quartel de Beja. Já antes, a intervenção das forças unitárias nas «eleições-burla» de 1958, de Arlindo Vicente e Humberto Delgado, fizeram tremer o fascismo, que via acentuar-se a sua crise e o seu isolamento. Havia, então, que escolher uma data que coincidissem com o aperto dos trabalhadores do campo (ceifas, tiradas de cortiça, arrozais, carvoarias, etc.).

Escolhe-se o 1.º de Maio de 1962, que simboliza a unidade e a luta dos trabalhadores. Os objectivos da luta foram bem aceites. *O Camponês*, no mês de Março, lança um apelo aos trabalhadores agrícolas do Sul mais ou menos nestes termos: «No 1.º de Maio ninguém trabalhe mais que as oito horas. Lá, onde os patrões e encarregados se oponham, os trabalhadores devem trabalhar as oito horas!» A adesão ao apelo foi massiva em todo o Sul. Em Março surge a *Rádio Portugal Livre*, que repete o apelo.

O movimento galopa de herdade em herdade, de terra em terra, com greves curtas e longas, com vitórias, patrões a cederem e a recusarem. Comissões de unidade, comités de greve, grandes grupos foram falar com os ranchos de fora (algarvios e beirões). Muitos aderiram à luta. Outros abalaram para a terra. Do Litoral Alentejano chega a informação de que, nos primeiros dias de Maio, cerca de 30.000 trabalhadores conquistaram as oito horas.

A *Rádio Portugal Livre* informava dia a dia o avanço da luta. A determinação dos trabalhadores foi unânime: não trabalhar mais de sol a sol! A grande maioria dos patrões cedeu às oito horas. Perceberam que não ficavam prejudicados e que a luta era uma acção de massas muito forte.

O fascismo tentou esmagar a luta pelas oito horas. Foram feitas reuniões em Évora, Estremoz, Alcácer do Sal, etc., com agrários, intendentes, comandantes da GNR, governadores civis. Foram feitas prisões e alguns espancamentos. Mas recuaram. A luta dos 200.000 trabalhadores era mais forte!

Houve localidades onde os agrários se recusaram a ceder às oito horas durante meses. Em várias localidades, onde os agrários mais

resistiram, os trabalhadores juntaram-se nos largos. A GNR aparecia a questionar: «Porque é que não querem trabalhar? Resposta dos trabalhadores: Nós queremos trabalhar, mas só com as oito horas»

No final de 1962, as oito horas estavam implementadas nos campos do Sul! O fascismo não as oficializou, aceitou-as! Acabou o horário escravizante de sol a sol nos campos do Sul. Os trabalhadores passaram a sair de casa com Sol e a chegarem com Sol. Passaram a poder, à tarde, ir ao café, à taberna, ao largo conviver com os amigos. As oito horas representaram uma grande melhoria nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores agrícolas. Foi a conquista mais avançada arrancada à ditadura fascista. A determinação de não trabalhar mais de sol a sol era a sério!

Sem a experiência de luta e combatividade do operariado agrícola do Sul, sem a existência do PCP e a sua intervenção organizada e dirigente, não teria sido possível conquistar ao fascismo o horário das oito horas nos campos do Sul em 1962. Esta vitória é dos trabalhadores agrícolas e é também uma vitória extraordinária do PCP contra a ditadura!

Um Contributo para a História do Trabalho

O meu testemunho hoje aqui neste painel não é um memorial ao passado, mas sim honrar a memória dos trabalhadores da CUF e aqui deixar o meu testemunho vivido, como contributo para a história do futuro, por isso fui obrigada a recuar no tempo pesquisar, investigar e recordar, as minhas próprias memórias e vivências, pessoais e familiares, assumindo por inteiro com muita honra, o papel de intervenção que assumi nesta grande empresa antes e depois do 25 de Abril, na luta pela liberdade, pelos direitos individuais e colectivos, pela dignidade do trabalho e pela igualdade.

Honrar a memória é sempre um investimento no património do futuro, tanto pessoal como colectivo, é com muito orgulho que hoje aqui afirmo que sou filha de operários da CUF e eu própria contra a vontade de toda a família, assumindo a minha rebeldia, iniciei a minha carreira como operária têxtil da CUF no dia 06 de Março de 1969.

A fábrica da qual eu jovem só conhecia dos livros “como o Germinal de Emilio Zola, a mãe de GorKi , etc”, foi para mim a escola mais importante da minha vida, aí aprendi nas relações de trabalho e camaradagem, lições de filosofia da vida, assentes nos valores da cultura operária, da solidariedade, da camaradagem, do respeito, da amizade, da verdade e da solidariedade, valores pelos quais sempre pautei a minha vida “um por todos e todos por um”.

Porque de memória também se faz a história, que é preciso honrar, *preservar e não esquecer, para memória futura, neste País que queremos que continue a ser de Abril*, para que no século XXI não sejam consagrados apenas os construtores de impérios, que há conta da exploração do trabalho e da inteligência, de centenas de milhares de trabalhadores/ras, ao longo de um século, muitas vezes em condições desumanas de trabalho, *(com jornadas que chegaram a ter 14 horas diárias)*, foram eles e elas, os heróis obreiros desse império, chamado CUF, que pela força do seu trabalho constituirão o exército de mão de obra altamente qualificada e mal paga, quantas vezes agredida e vilipendiada na sua dignidade.

É preciso dizer que foi com o trabalho suado, da força da exploração e da inteligência de milhares de trabalhadores/ras, que foi construído o património económico, técnico científico e histórico da CUF, porque a CUF não é uma construção individual de um só homem, ela é bem o exemplo de uma construção colectiva, *regada com muito suor, lágrimas e sangue, de muitos homens e mulheres ao longo dos tempos*.

Quero aqui mais uma vez, prestar a minha homenagem aos milhares de trabalhadores da CUF, *homens e mulheres, que morreram por acidentes de trabalho e por doenças profissionais*, bem como, os muitos milhares que ficaram inválidos para o resto da sua vida, não tenho os números estatísticos, não os conheço, *mas porque milhares de acidentes trabalho aconteceram*, os números têm que existir e a história da memória do trabalho no Barreiro, deve conhecer para homenagear e não esquecer, *os principais obreiros da Companhia União Fabril, que sem duvidas foram os muitos milhares de trabalhadores, ao longo de um século*.

Hoje aqui nesta bela cidade de Almada e como contributo neste painel, para a “*História do Trabalho na CUF*” proponho: aos detentores do espólio da CUF/Quimigal, que divulguem estes números, que permitam o acesso para estudo, a todo o acervo documental sobre esta matéria, porque a história da CUF, não pode e não deve esquecer aqueles, aquém a Companhia União Fabril/Quimigal, extorquiu um dia a vida e a saúde, *a silicose apanhada nas cinzas de pirite também matou na CUF*, mas não só, porque a juta, as tintas e os corantes mais lentamente, também mataram.

A história do trabalho e do progresso na CUF do Barreiro, (cidade vermelha capital do trabalho, como era chamada), não se deve esquecer de homenagear os seus mártires, o Barreiro democrático, tem uma dívida de gratidão para com os heróis do trabalho, *da CUF, da CP e dos Corticeiros*, porque depois de tanto tempo de esquecimento, *é tempo de honrar a história em nome da Memória do Trabalho*, porque a história da resistência antifascista no Barreiro, merece ficar perpetuada para honrar o futuro.

A herança que a industrialização do século XX, realizada por Alfredo da Silva e seus herdeiros, deixaram no Barreiro, foi uma pesada herança, ao nível da destruição causada à Natureza – nos seus vários aspectos: *ao ar, à água, à fauna, à flora e a outros recursos naturais, questão que nunca foi discutida*, nem seriamente considerada e muito menos julgada, apesar dos grandes e terríveis prejuízos causados aos trabalhadores da CUF, à população do Barreiro, aos concelhos limítrofes e ao nosso maior rio português, o internacional Rio Tejo.

Em 1974, o poder económico em Portugal estava concentrado em sete grandes grupos nascidos no seio do fascismo, que após o

25 de Abril rapidamente demonstraram que eram incapazes de se integrarem lealmente no novo regime, *porque tendo o movimento militar e popular tomado as instituições, os grandes grupos económicos deixaram de poder influenciar as regras do jogo*, passaram rapidamente ao boicote da economia, a falta de matérias primas para o funcionamento das empresas, é apenas um pequeno exemplo, que também na CUF aconteceu.

Quando Abril chegou e nos trouxe a liberdade, apesar dos altos índices de poluição que existia, não tivemos a capacidade de desencadear a luta contra a poluição, apesar de haver situações, como na zona têxtil em que se tinha que abandonar os locais de trabalho, com homens e mulheres a desmaiarem junto das máquinas, hoje é preciso dizer que a necessidade do trabalho e do pão, fez calar a voz das vítimas, daquele nevoeiro asfixiante que saía das chaminés da CUF e que os ventos espalhavam por todo o concelho, inclusive pelos concelhos limítrofes.

A CUF foi nacionalizada pelo D.L. 532/75, de 25/09/1975, todos os trabalhadores aplaudiram a nacionalização, a história das nacionalizações é uma história por fazer e está muito mal contada, não tenho a pretensão de repor a verdade histórica, mas pretendo desafiar o debate sobre a temática das nacionalizações, feitas após a revolução do 25 de Abril, para que a história seja feita é preciso imputar a culpa aos seus autores, para que o país conheça, quem foram os responsáveis, pela derrota das nacionalizações, recuso a tese que foram os trabalhadores, porque os culpados moram noutras paragens.

Em tempos de memória, é importante lembrar que na sequência do 25 de Abril, um grupo de trabalhadores, entre os quais eu

estou incluída, convocámos uma reunião geral de trabalhadores para a direcção das fábricas no Barreiro, *com representantes de todas as secções para elaborarmos um caderno reivindicativo*, nesta reunião saiu eleita a Comissão Ad-Hoc, dos Trabalhadores da CUF, *criámos vários grupos de trabalho entre os quais foi criado o Grupo de Trabalho de Saneamento da CUF, para o qual eu sou eleita Coordenadora*,

Antes do 25 de Abril as forças políticas com organização implantada na CUF é o PCP. que há muitos anos tem organização em toda a Fábrica, *(mas na campanha eleitoral de 1973, na qual eu sou candidata a Deputada à Assembleia Nacional Fascista, pela Oposição Democrática, no Distrito de Setúbal)*, começam a aparecer organizados na Fábrica em pequenos núcleos o MRPP, e a UDP, com propaganda a atacar o PCP, de revisionista, mas que pessoalmente a mim em toda a campanha eleitoral nunca me atacam, e vão a todos os comícios em que participo, com o 25 de Abril aparecem na CUF, *apresentando as suas propostas, de aumentos salariais e e a proposta de saneamento de todo o Conselho de Administração de vários Diretores de Zona, de alguns Quadros Técnicos e vários Encarregados*.

É preciso recordar que na CUF, só dois administradores foram saneados, *foi o Dr.º Jorge de Mello e o seu cunhado o Engenheiro Frederico da Cunha Mendonça e Meneses*, em Assembleia Geral de Trabalhadores. Fui mandatada pela Comissão Geral de Trabalhadores para apresentar a proposta de Saneamento do *Dr.º Jorge de Mello e o do seu cunhado, Engenheiro Frederico da Cunha Mendonça e Meneses*, e da manutenção do restante Conselho de Administração, que na altura eram: *o Eng.º Vistúlo de Abreu, o Eng.º Mota Guedes e o Dr.º Eduardo Catroga, apresentando a proposta, que o Presidente*

do Conselho de Administração devia ser escolhido entre estes três membros, informando que os trabalhadores iam nomear dois representantes para integrarem o Conselho de Administração, foram na altura nomeados o Eng.º Cardoso da Silva e o Eng.º Brito Apolónia.

Apresentei como defesa desta proposta o seguinte argumento: “os trabalhadores nunca geriram empresas, não sabem, não têm experiência, nós queremos que a CUF continue a ser a grande empresa nacional, hoje e no futuro, *porque quem soube gerir e administrar bem durante o Fascismo, também o sabe fazer na Democracia*”, e nós cá estaremos para os avaliar, estão em maioria, *têm a presidência do Conselho de Administração*, podem tomar todas as medidas que entenderem necessárias para bem administrarem esta grande Empresa, nós os trabalhadores confiamos no vosso trabalho e com serenidade o saberemos avaliar.

A degradação da nacionalização da CUF não começou nesta altura, talvez tenha hoje chegado o tempo de serem colocadas algumas perguntas, quais foram os critérios governamentais de nomeação dos vários conselhos de Administração da CUF pelos governos da altura, quem foram os responsáveis governamentais pela aprovação dos investimentos da CUF/Quimigal, *só um exemplo de esbanjamento e má gestão do celebre Investimento de 1 Milhão e Novecentos Mil Contos, no Kowa Seiko*, que estava preparado para produzir 34.000 toneladas de pelétes de ferro por mês, investimento que nem sequer chegou arrancar e por isso nunca produziu, estes factos deviam ter ser investigados porque são crime contra a economia, mas nada aconteceu.

Passados quase 37 anos sobre as nacionalizações é importante reter o que diz, Pedro Lains, investigador do Instituto de ciências sociais e coordenador da História Económica de Portugal, 1700–2000,

(publicada em 2005) “*na Europa dos anos 70, no segundo pós-guerra, as nacionalizações não são um exclusivo da esquerda*, em Portugal tem-se olhado demais para as motivações ideológicas das nacionalizações. É necessário observar também as circunstâncias concretas da economia que, naquela altura, criaram as condições para que fosse dado esse passo”.

Segundo este historiador recorda, “a economia portuguesa no período de 1973–1984, *até cresceu mais que a economia espanhola*, e em 1976–77, volta novamente a crescer, impulsionado pelo aumento da procura interna que a subida dos salários proporciona. *O problema foi que esse crescimento se fez à custa das importações, desequilibrando perigosamente a balança de pagamentos*”.

Afirma ainda este historiador que: “*não podemos concluir que, se as nacionalizações não tivessem existido, a economia portuguesa teria tido um comportamento melhor*. Estas apesar de mal conduzidas, tiveram um impacto reduzido na economia e não foram a principal causa da crise que se seguiu”.

Hoje em democracia e com a autoridade moral, que me dá a minha experiência e coerência de vida, sempre do lado dos oprimidos contra os opressores, do lado dos fracos contra os fortes, do lado dos pobres contra os abastados: *afirmo com serenidade mas muita convicção, a CUF e os seus herdeiros, têm uma dívida de solidariedade para com o povo do Barreiro*, pelos malefícios causados e sofridos nesta terra.

As fábricas da CUF no Barreiro durante quase um século, produziram e hoje ainda continuam (de facto em menor escala) a produzir, uma infinidade de produtos químicos que iam da extracção das lamas ricas da pirite, de ouro, prata e cobre, e das lamas pobres,

extraíam o ácido sulfúrico, o qual entrava directamente na produção dos adubos, e uma parte, bem como outros produtos extraídos iam para a indústria farmacêutica para medicamentos.

Eram ainda utilizados como matérias primas, outros produtos como o sal gema, do qual era extraído o ácido clorídrico, o cloreto, e outros produtos derivados, que eram depois transformados pela indústria química e farmacêutica, também se usava a fosforite (o chamado pó de Marrocos) da qual era extraído o ácido fosfórico, bem como outros produtos, que não vamos aqui citar exaustivamente.

Mas para além dos produtos altamente poluentes tratados na zona química, *também na zona têxtil, se trabalhava com matérias primas químicas, altamente poluentes, designadamente na tinturaria, nas carpetes da CUF, bem como nas máquinas de estampar da sacaria, onde eram utilizados produtos como soda cáustica, enxofres, hipocloreto de sódio, óxido de cálcio, ácidos sulfúrico e clorídrico, tintas e corantes vários, como é do conhecimento público ao tempo, todos os produtos citados eram diretamente despejados no Rio Tejo.*

E nessa altura também tínhamos instalado na zona têxtil a “Fábrica de Tintas da Tinco”.

É importante dizer hoje no século XXI, que apesar da necessidade da defesa de postos de trabalho, temos também a obrigação de defender o ambiente, porque o mundo em que vivemos é único e é preciso preservá-lo, para o deixar às gerações vindouras, a CUF/Quimigal, não estava (e continua a não estar), equipada tecnicamente com dispositivos que lhe permitam tratar técnica e cientificamente todos os resíduos por si produzidos e que lhe permitam afirmar que é uma empresa limpa e ambientalmente segura.

A CUF/Quimigal porque têm hoje no Barreiro mais de um século de vida, deve ser em Democracia considerada, *autora material responsável pela acção voluntária, da prática de ilícito ambiental*, (para que conste, não estou a dizer que deve ser incriminada, *não estou a intimar ninguém em tribunal*) mas em consciência não devo e não posso calar a verdade, porque hoje em liberdade não posso deixar de aqui dizer: “*Que a vida confere a celebridade a uns e o esquecimento a outros, cabendo-nos a todos nós repor a Memória dos tempos, na ordem do dia*”, é meu dever aqui deixar esta reflexão.

Porque honrar a memória é deixar uma herança ao futuro, não devemos esquecer, ignorar ou branquear as práticas cometidas ao longo de um século, que provocou danos de poluição ambiental e marítima contra todo ambiente, que não sabemos se não terão sido irreversíveis para o futuro, *mas todos hoje conhecemos os reflexos negativos, causados em toda a fauna marinha do estuário do Tejo, desde os golfinhos*, que eu me recordo de ver a saltar atrás dos barcos do Barreiro quando menina ia a Lisboa, *(mas que a minha filha já não viu)*, porque eles fugiram da poluição do rio. Mas quero manter a esperança que eles um dia voltarão.

Esta destruição, teve como consequência, o fim de toda a actividade de pesca no rio Tejo e o encerramento da fábrica de ostras do Rosário na Moita, onde chegaram a trabalhar cerca de 100 trabalhadores e muitos outros danos, que não vamos agora exaustivamente aqui elencar.

É a partir da Revolução Industrial que a natureza sofre as mais graves agressões de sempre, podendo afirmar-se hoje, que os danos que o homem tem vindo a infligir à Natureza desde a Revolução

Industrial são mais graves do que os que foram infligidos até então, assumindo-se actualmente, e de forma indiscutível, a irreversibilidade de certos danos.

“A parte mais importante do progresso é o desejo de progredir” (afirmou Senéca), por isso temos todos a obrigação de dar a nossa contribuição ao futuro, hoje no século XXI e na qualidade de ex-operária da CUF, mulher de muitas causas, que nunca se coibiu de afirmar o seu pensamento, venho aqui dizer: que na minha opinião de mulher livre, acho que todo o investimento no Barreiro, bem como todos os empresários, devem no meu ponto de vista ter em conta a realidade do mundo actual, as pessoas e o meio ambiente. A eficiência a equidade, a competitividade a solidariedade, o crescimento e a redistribuição não têm que ser opostos e apresentados como inconciliáveis.

Temos consciência que é preciso encontrar alternativas a este sistema desumano e hipócrita da globalização do mundo em que vivemos, porque é crescentemente injusto e é contra esta injustiça e por uma maior dimensão social e humana do trabalho e da pessoa que acreditamos, que a sociedade saberá encontrar novos ideais e novos sistemas e assumirá alternativas mais justas, onde os direitos dos trabalhadores e dos povos não podem deixar de ser respeitados.

O investimento e o desenvolvimento no Barreiro do futuro, não pode pela sua história deixar de valorizar o trabalho, como um conceito de cidadania, como um direito universal, cuja criação e partilha devem ser feitas a partir da capacidade racional, material, técnica e científica dos seres humanos, individual e coletivamente considerados.

As empresas do futuro terão que saber, valorizar o trabalho e apostar na qualidade do emprego, o que significa condições para

o acesso ao trabalho e formação das pessoas para se manterem no posto de trabalho, que são sempre as condições para o desenvolvimento das empresas.

Valorizar o trabalho, significa, desde logo, dar-lhe segurança e estabilidade, organizá-lo em condições socialmente dignificantes, atribuir-lhe a justa qualificação e remuneração, ao desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias, à evolução da produção e dos produtos, e às necessidades económicas dos trabalhadores, factor essencial de qualidade de vida e de cidadania.

Termino afirmando que o fim da indústria no Barreiro não é o fim da história, é apenas o fim de um ciclo de vida desta cidade e deste povo, que teve coisas boas e más, onde a riqueza e a miséria conviveram lado a lado, onde a exploração do trabalho bebeu a sabedoria da inteligência de muitos milhares de homens e de mulheres, que na CUF, regaram de suor e sangue a produção da riqueza gerada pelo seu trabalho, mas também hastearam bem alto a bandeira da consciência do seu direito à dignidade, à liberdade ao respeito e à Memória.

A democracia conquistada em Abril, não pode esquecer os factos reais da história, *como disse na sua última entrevista à RTP, o Marechal Costa Gomes, “a CUF do Barreiro teve antes e depois do 25 de Abril, dentro das suas fábricas instalado um quartel da GNR, com um batalhão de soldados que todos os meses eram mudados”.*

É importante contar aqui uma história verídica vivida no dia 25 de Novembro de 1974, que ainda não foi contada, *com o bombardeamento em Sacavém do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, (Ralis) começou a circular a informação que tinha havido um golpe militar*

do Exército de Libertação Português, (E.L.P.), que ia ser decretado o Estado de Sítio e iam ilegalizar o PCP.

Perante esta situação a Comissão de Trabalhadores decidiu convocar um plenário para se discutir o que fazer, apresentando uma Proposta para irmos todos em Plenário para o Palácio de Belém, pedir ao Presidente da República a defesa dos Direitos Liberdades e Garantias dos Cidadãos e do Regime Democrático.

Este Plenário foi realizado em frente ao refeitório 3, tinha sido decidido que só falava eu e outro camarada, não interessa aqui dizer o nome, o camarada era o 1.º a falar para apresentar a proposta e depois era eu Ercília Talhadas, para fazer o apelo para irmos para Belém, é preciso recordar que estes foram tempos muito emotivos, o camarada depois de dizer que o Ralis tinha sido bombardeado, que tinha havido um golpe de Estado da Direita Militar, esqueceu-se dos objetivos do Plenário, entusiasmou-se e afirmou que a culpa desta situação era não termos prendido a PIDE, de não termos feito mal a ninguém, porque não há revoluções sem sangue, porque só com cravos isto não vai lá, etc., etc, “estamos aqui mesmo ao lado do quartel da GNR, antes de irmos para Lisboa vamos todos a eles e já”.

Eu estava ao lado dele e vejo uma onda cinzenta na minha frente balançar para a minha direita, só tenho tempo de lhe arrancar o microfone das mãos e gritar, *parem camaradas! É preciso parar! o 25 de Abril já foi há 7 meses*, mudaram o governo, este governo não é um governo fascista e os homens da GNR que ali estão, não pediram para virem para cá, alguém para cá os mandou! *ali dentro há armas e munições que não conhecemos a sua quantidade*, estão ali dentro cento e tal homens, nós somos 5000! como acham que eles

nos vão receber para se defenderem desta multidão. *Um acto destes na Indonésia, causou mais de 500.000 mortos e a ilegalização do Partido Comunista da Indonésia.* Quero dizer aqui, que a onda parou imediatamente, e que homens e mulheres me vieram abraçar a chorar, e fomos todos para Lisboa para a concentração na Presidência da República. *(Era Presidente, o General Costa Gomes).*

Este facto histórico aqui contado tem por objectivo afirmar: que é meu entendimento que hoje todos os que aqui estamos presentes, temos a obrigação de preservar a memória, para a deixar às gerações vindouras e entendo que os *Órgãos de Soberania Nacionais do meu País, hoje no século XXI no Portugal Democrático,* devem às várias Gerações de Trabalhadores da CUF, bem como à População do Barreiro, um pedido oficial de desculpas públicas, por termos sido obrigados a trabalhar numa fábrica militarizada, que tinha lá dentro um batalhão de cavalaria da GNR prontos a intervir a qualquer momento, *como se vivéssemos num país em guerra, ou dentro de um campo de concentração.*

Em nome da memória do trabalho, e dos trabalhadores faço daqui um apelo às universidades e aos historiadores, para que estudem, investiguem e divulguem, as conclusões sobre a história do trabalho e da industrialização no distrito de Setúbal e os reflexos que causaram no ambiente, na saúde e na vida das pessoas.

Termino dizendo como Gilbert Cesbron: *A verdadeira revolução acontece quando mudam os papéis e não apenas os autores.*

A Luta da Classe Operária e das Populações do Alentejo Litoral no Século XX¹

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DOS ACONTECIMENTOS

Do que se conhece da luta travada no Litoral Alentejano pelos trabalhadores e populações no século XX e anteriores, só nos confirma a existência da luta de classes desde o início da nossa nacionalidade.

A. Leal

A existência de uma importante zona de montado de sobro no Alentejo Litoral que se estende de Alcácer do Sal a Odemira tendo como base de escoamento do produto fabricado o porto de Sines, motivou uma concentração de empresas de preparação e de transformação da cortiça nos concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e Sines, tendo Sines, por força do embarque do produto manufacturado, uma expressão maior quanto a número de empresas exportadoras em laboração e em número de operários.

¹ Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

Ao aparecimento do sector corticeiro nesta região alentejana no século IX, a que em Sines se junta na mesma altura a implantação da indústria de conserva de peixe, como substituta da conserva por estiva, motivou, principalmente em Sines, a existência de um proletariado que, desde o seu início, em ligação a Lisboa e Almada (sector corticeiro), e a Setúbal, (sector conserveiro), deu aos trabalhadores de Sines uma forte consciência de classe².

Consciência que se traduziu na unidade de acção, em formas de organização e na acção reivindicativa, que com a sua experiência se foram fortalecendo.

Experiência que levou também à criação de quadros que a sua própria luta forjou, permitindo que a partir da reorganização do Partido Comunista Português iniciada em 1940/41, a sua influência e a luta dos operários corticeiros do Alentejo Litoral representasse ser, durante muito tempo, uma das principais regiões do país na luta de classes contra a exploração patronal e contra o regime fascista que durante quase meio século amordaçou o povo português.

É a história do que se conhece dessas lutas, que em parte sou testemunho e participante, que vos passo a referir de forma reduzida, que certamente compreenderão, dado a vastidão de tipos de acção numa área temporal de um século.

Direi mesmo que, na indústria conserveira estabelecida em Sines, até 1930; na indústria corticeira dos concelhos do Alentejo Litoral e no

2 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

sector agrícola, até 1974, as lutas reivindicativas nas empresas ou de âmbito concelhio foram centenas, em pequenas e grandes lutas, muitas delas recorrendo à greve como forma superior de luta³.

Do que se conhece, durante muitos anos desde a implantação da indústria corticeira na região, o trabalho era de sol a sol, à jorna, motivando que, na procura do aumento do lucro o patronato cedo começou a pressionar no sentido de introduzir formas de laboração em que, no trabalho à jorna, os operários fossem obrigados a trabalhar a um ritmo de empreitada mas ganhando à jorna.

Meus senhores

Nesta minha contribuição para o conhecimento da história da luta dos trabalhadores e das populações do Alentejo Litoral no século XX, são destacados três períodos distintos:

O que vai de 1900 a 1926, com destaque para a influência política dos republicanos, anarquistas e socialistas nos trabalhadores do sector industrial e nas populações; a que decorreu de 1926 a 1934, em que a influência dominante na região é dos anarco-sindicalistas e comunistas; e a que vai de 1934 a 2000, em que, com a adesão dos anarco-sindicalistas ao P.C.P., a influência passa para os comunistas. A influência, a iniciativa e a organização de todas as acções de massas dos trabalhadores e das populações.

Como julgo que se compreenderá, porque no decurso do século em apreciação se travaram no Alentejo Litoral centenas de pequenas e grandes acções reivindicativas, quer de carácter económico quer

3 Da geração de :António Botelho, de seu irmão Hilário e de José Lázaro.

político, debroçar-me-ei com algum pormenor somente às que, pela sua carga política ou força de expressão de massas colocada na acção assumiram maior significado.

É o caso da “greve geral” dos corticeiros de 1908/9 em sines⁴

Contra a acção exploradora e repressiva da classe patronal que o operariado corticeiro do Alentejo Litoral se vinha insurgindo e tentando organizar a sua acção reivindicativa no Estado monárquico, no início do século XX há uma explosão de pequenas acções reivindicativas, incluindo greves, que envolveram, na indústria corticeira, os rolheiros manuais, os quadradores, recortadores e enfardadores, contra certas formas de exploração, por aumentos de salários, melhores condições de trabalho e diminuição do horário de trabalho. E em Sines, na indústria conserveira, em ligação com o Sindicado dos Trabalhadores Soldadores do Distrito de Setúbal, com constantes greves dos soldadores manuais por aumento salarial⁵.

É em Dezembro de 1907 que se conhece a primeira greve, a dos corticeiros na Sociedade de Cortiças L.da, Santiago do Cacém, por os recortadores se negarem a receber a cortiça pesada para o recorte,

4 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

5 Da geração de :António Botelho, de seu irmão Hilário e de José Lázaro.

medida patronal destinada a aumentar a produtividade, mas com o trabalho a ser pago à jorna⁶.

Estas acções foram-se generalizando nos sectores corticeiro da região e com pequenas reuniões de debate entre anarquistas, republicanos e socialistas. Os primeiros na defesa de métodos de imposição baseados em que a luta “revolucionária” é que levará à vitória, e a dos segundos assente na organização sindical, na unidade e no respeito pela opinião dos companheiros da empresa ou da classe⁷.

É num clima de debate de ideias que em 1902, em ligação entre Sines e a Associação de Classe dos Corticeiros do Poço de Bispo, Lisboa, que é criada em Sines a Associação Corticeira Sineense, cuja duração, por acção arbitrária da Autoridade Administrativa, não sobreviveu para além de 1906.

Segundo o que se conhece, a confrontação das duas ideias deu-se em Sines em Maio de 1908, aparecendo Alfredo Supias pelos anarquistas e José Maria Ferreira pelos Republicanos. (Este, mais tarde, aderindo aos comunistas)⁸.

É, pois, num clima de divisão na luta ideológica pela liderança política do movimento operário corticeiro em Sines, que no início de Novembro de 2008, segundo consta ao apelo de “greve geral” da

6 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines.

7 Jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

8 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

Associação de Classe dos Corticeiros de Poço do Bispo, Lisboa, que os corticeiros de duas empresas, a Manuel Ponte e a Ed. Arps & C.º decidiram entrar em greve por aumentos salariais, por tempo indeterminado.

O facto de nas cinco fábricas de Sines somente em duas os trabalhadores decidirem pela greve, e por tempo indeterminado, constituiu um factor de grande dificuldade, acrescida pela repressão patronal das duas fábricas em greve e da parte das restantes três empresas, ameaçando os operários para que não se solidarizassem com a greve, procedendo inclusivamente ao despedimento de operários e indo ao ponto de impedirem a solidariedade monetária.

Ao mesmo tempo, por pressão patronal das cinco fábricas, o Administrador do Concelho requisita a intervenção militar em defesa da chamada “ordem pública”⁹.

Neste ambiente de repressivo a situação dos operários corticeiros em greve tendia a agravar-se rapidamente. Só que a firmeza dos corticeiros em greve e a solidariedade dos trabalhadores de todas as fábricas de Sines com apoio monetário, a que se juntou o apoio solidário dos barqueiros de Sines e de Lisboa a impedir o transporte de cortiça de qualquer das cinco fábricas, e o apoio moral do comércio da vila, foi determinante para que em Maio de 1909, ao fim de mais de quatro meses a greve terminou vitoriosa.

Foi a este exemplo de firmeza na luta e à solidariedade aos grevistas que se estendeu aos barqueiros de Sines e Lisboa e ao comércio

9 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines.

da vila, que a Câmara Municipal de Sines, comemorou no dia 24 de Novembro de 2008, dia do concelho, o centenário desta luta.

Muitas outras lutas tiveram lugar entre 1900 e 1926. Em Sines, em pequenas greves, quase todas elas vitoriosas, dos soldados manuais na indústria conserveira.

Em Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, todos os anos, em pequenas paralisações dos rolheiros e quadradores, mas também nos trabalhos sazonais da extracção da cortiça e no funcionamento das debulhadoras nas eiras por aumentos salariais e pela diminuição do horário.

Todas estas lutas deram aos trabalhadores uma maior consciência sobre a sua força e do valor da unidade de acção, de preparação para futuras acções, contribuindo também para uma melhor arrumação da influência política em todo o Litoral Alentejano a partir de 1909.

Após 1910, com a implantação da República, festejada com paralisações em todo o litoral alentejano, segue-se um período de arrumação de forças políticas e a criação de Associações de classe que em Sines se conhece nos corticeiros, nos descarregadores de mar e terra e nos marítimos, seguindo-se um período conturbado pela mobilização para a Guerra de 1914/18; com o aparecimento do surto nacional da “pneumónica” e de crise nas indústrias de conserva e da cortiça que, segundo alguns, terá tido uma duração alargada até 1930.

Em 1934, foi já com certa estabilidade e maturidade política que Sines participou na greve de 18 de janeiro de 1934 contra a fascisação dos sindicatos¹⁰

Os ideais anarquistas assente em métodos de imposição de acção tendo como justificação a luta revolucionária, passaram a dar lugar à influência anarco-sindicalista-comunista, assente no movimento sindical, na acção de massas e na consideração pela opinião dos companheiros de trabalho.

É, pois, de acordo com esta arrumação de forças políticas, em Sines, que os trabalhadores desta vila participaram decididamente na greve de 18 de Janeiro de 1934.

Foi já com uma elevada experiência de luta no terreno sindical, um espírito de classe organizada, com quadros operários dirigentes temperados na acção e de grande prestígio, que o 18 de Janeiro é organizado e que os seus dirigentes procederam à sua mobilização.

Tudo comprova, através de afirmações ouvidas na altura a elementos participantes no acontecimento que, na véspera do 18 de Janeiro, um estafeta chegou a Sines à noite para colocar, com certa garantia, que a classe operária paralisaria no dia seguinte, que se tratava de um levantamento nacional e em que, nos centros mais fortes da classe operária, esta deveria, se pudesse, apoderar-se dos postos das forças militarizadas que aí existissem.

10 Da geração de :António Botelho, de seu irmão Hilário e de José Lázaro.

Assim, no dia 18 de Janeiro, às 8 horas da manhã, elementos da Comissão de Luta e quadros activistas intermédios trataram de contactar os trabalhadores nos próprios locais de trabalho informando que o levantamento tinha sido iniciado e que todos os sectores de actividade na vila deveriam paralisar o trabalho imediatamente e concentrar-se na Praça Tomás Ribeiro

Cerca das 9 horas da manhã a paralisação laboral era completa e, uma hora depois, todo o comércio, a convite directo da Comissão de Luta tinha encerrado.

Três classes profissionais dominavam a vida económica do concelho de Sines; os corticeiros (a mais organizada e activa), os pescadores (compreendendo os conserveiros, os estivadores e os descarregadores de mar e terra) e a construção civil.

A população, concentrada no Rossio, na Praça Tomás Ribeiro e nas ruas centrais permaneceu até à tarde esperando ansiosamente a chegada da carreira e com ela as notícias.

Sabe-se que a C.L. discutiu se seria de tomar ou não o posto da GNR. Pelo comportamento passível desta, que se intrincheirou no castelo, e sem ter a certeza de que o “levantamento” seria vitorioso a Comissão preferiu aguardar os acontecimentos.

Quando à noite a carreira chegou e com ela as notícias de que a greve não tinha atingido os seus objectivos e que havia uma derrota, os trabalhadores compreenderam que as coisas se tinham complicado e que iria haver repressão, pelo que alguns elementos da C.L, tomaram a iniciativa de se esconder como medida de defesa. Porém, Tomás Gazil e Pedro “Chapa” foram presos.

A paralisação operária no 18 de Janeiro em Sines conheceu uma outra vertente que importa destacar: a da solidariedade republicana com a luta operária. De facto, comerciantes republicanos activistas na época como foram José Maria Ferreira, João Barbosa, Joaquim da Luz e a família Guizado, antifascistas altamente prestigiados, foram os primeiros a encerrar os estabelecimentos, contribuindo assim para que todos os outros também o fizessem.

O 18 de Janeiro em Sines deu-se porque a classe operária estava organizada e activa, e a sua mobilização tão rápida só foi possível por a C.L. contar à partida com quadros intermédios, entre outros, de corticeiros comunistas activistas como António Botelho e seu irmão Hilário, Augusto “Rato”, José Lázaro, António Vilhena, e Francisco Beja e José Pio, da construção civil

A Comissão de Luta era composta por: Emílio Ferreira, operário padeiro; Manuel Estolano, operário da construção civil; Pedro “Chapa”, operário descarregador de mar e terra; Tomás Gazil, barbeiro e Alberico, operário corticeiro.

A partir de 1934 seguiu-se um período em que no Alentejo Litoral as principais reivindicações dos corticeiros assentaram em reivindicações pontuais por empresa e respeitante a diferentes secções. Nas empresas preparadoras, nas secções de recorte contra a imposição de aumento do número de padiolas; na caldeiraria para impedir a exigência patronal de 9 caldeiradas pagando somente 8; na enfardação, contra a exigência de um número determinado de fardos diariamente sob pagamento de trabalho à jorna. Nas empresas transformadoras, nas secções de quadrção, para fazer frente às tentativas do patronato para baixar os preços por milheiro de quadros.

Mas no país, o período decorrido entre 1934 e 1939, significava também uma situação de forte repressão salazarista na caça aos comunistas, motivada pela implantação dos regimes fascista na Itália e na Alemanha, motivadores também da guerra civil em Espanha contra o Governo democrático resultante de eleições, em 1936.

A exploração patronal nos sectores da indústria e da agricultura era enorme e a miséria acentuava-se numa situação complicada, caracterizada no país pelo aumento da exploração e da repressão policial, mas também pelo desenvolvimento da influência comunista.

No litoral alentejano, após a reorganização do Partido Comunista em 1940/41, dirigentes comunistas são presos em Sines e noutros concelhos, dando lugar ao espaço de tempo sem organização na região até 1943.

Em 1944, através de dois jovens saídos da cadeia do Aljube pelas greves de Julho/Agosto de 1943, a reorganização em toda a região dá-se e, com ela é iniciado a maior e mais intensa luta dos corticeiros no Alentejo Litoral e no país.

Os corticeiros organizam-se e passam à acção no país por um acordo colectivo de trabalho¹¹

Foi correspondendo à enorme disposição de luta dos corticeiros no Algarve, Alentejo Litoral, Margem Sul do Tejo e Alto Alentejo, que levou o PCP a realizar no Barreiro, em 1944, uma reunião de quadros corticeiros destas quatro regiões corticeiras do país de

11 de Américo Leal, do R.A.L., e participante

que resultou a formação do Comité Nacional da Cortiça, composto inicialmente por corticeiros do Barreiro, Évora, Silves e Sines, com ligação à região norte de Vila da Feira. José Vitoriano (do Algarve) e Américo Leal (do Alentejo Litoral) representaram sempre este organismo ilegal durante a sua existência, cujas reuniões eram mais ou menos mensais

Na sequência da formação do Comité Nacional da Cortiça e actuando com espantosa rapidez, no segundo semestre de 1945 já existiam comités na região de Almada/Barreiro/Seixal, na região de Évora/Évora Monte/Vendas Novas, no Litoral Alentejano, na base de Grândola/Santiago do Cacém/Sines, e no Algarve, abrangendo Silves/Faro (como organismos ilegais), reunindo mensalmente, e Comissões de corticeiros de âmbito concelhio (legais), que no Alentejo Litoral, como nos outros centros corticeiros já mencionados, foram criadas por eleição nas fábricas em Sines, Grândola e na freguesia de Ermidas (Santiago do Cacém).

Em toda a área corticeira do centro e sul do país, após a apresentação nos sindicatos o tipo de Acordo Colectivo de Trabalho pretendido, as concentrações nos sindicatos eram frequentes, forçando as respectivas Direcções fantoches a terem que informar as instâncias superiores das reclamações apresentadas. Silves, onde os corticeiros tinham conseguido eleger uma Direcção proposta pela classe, era excepção.

Por seu lado o Avante dava todo o relevo à luta dos corticeiros, destacando as acções mais importantes e apontando a unidade e a acção da classe como factores decisivos para forçar o Governo e o patronato a aceitar a reivindicação do A.C.T. Este facto levou a que a acção se travasse em dois campos em simultâneo: em concentrações nos sindicatos por

um lado, e nas empresas levando as Comissões de Empresa a dialogarem directamente com as Administrações das grandes empresas, obtendo em alguns casos cedências significativas e importantes.

Em fins de 1945, uma delegação de corticeiros de Sines eleita numa concentração no sindicato composta por António Botelho, Daniel Cascada, Joaquim “Terruta”, e Américo Leal deslocaram-se no dia seguinte a Lisboa para expor directamente ao Governo, conseguindo com a corrupção de um dos empregados à entrada do Ministério do Trabalho ser recebida pelo Sub-secretário de Estado a quem colocou a reivindicação dos corticeiros. O objectivo desta reunião um tanto forçada não era ouvir o Secretário de Estado mas sim dar a conhecer, através da divulgação da imprensa diária, como aconteceu, que a luta estava no seu auge e disposta a forçar o Governo a ceder.

Em 1946 o A.C.T. estava pronto mas não saía da gaveta do Ministro. Nesta altura a palavra de ordem dos comunistas de que a acção se concentrasse essencialmente nas empresas foi inteiramente aceite pela classe, e as grandes concentrações nas grandes empresas forçou uma parte considerável do patronato a ceder, forçando assim a que o C.C.T visse a luz do dia e com isso conseguida a grande conquista dos trabalhadores corticeiros do país, motivo para grande prestígio dos comunistas e criação de condições para grandes lutas que se seguiram.

Os corticeiros da 2ª maior empresa de sines e outros, assinalam com paralização do trabalho a entrada das tropas soviéticas em berlim¹²

Sob a orientação do Comité Regional do RAL e do organismo de Direcção de Sines, teve lugar uma reunião de quadros corticeiros das duas maiores fábricas, a Auser & Fernandes, com 300 operários, e a Corticeira de Sines, com 200.

Dado a disposição verificada da parte das duas empresas, em que em cada uma delas um elemento tocaria a sineta para parar e sair da fábrica, às 8,05 minutos, na Auser & Fernandes o toque para sair não funcionou por falta de coragem de quem ficou de o fazer, mas na Corticeira de Sines, o camarada António Botelho, velho militante e homem de enorme prestígio, não hesitou.

Na preparação do acontecimento foram previamente adquiridos foguetes em Santiago do Cacém que, conhecida a notícia pela BBC, logo nessa noite foram lançados foguetes junto à fábrica de conserva do Fialho e no Rossio, para alertar os trabalhadores e a população.

No dia seguinte, às 8 horas da manhã, após o toque das 8 horas para pegar no trabalho, foram lançados mais foguetes no Rossio, área de concentração das principais empresas corticeiras. Cinco minutos depois, como o combinado, foi ver a massa de 200 trabalhadores da Corticeira de Sines saírem em manifestação até ao Rossio, onde se juntaram mais trabalhadores de outras fábricas.

¹² de Américo Leal, do R.A.L., e participante

Só uma grande organização com uma forte ligação aos trabalhadores nas empresas, como na Corticeira de Sines, em que para além da organização de Direcção da empresa tinha dois organismos em duas secções, incluindo a secção de mulheres escolhedoras de rolha, foi possível a concretização de um tal feito político, comentado com grande regozijo em toda a vila.

E não se pense que se tratou de um caso de pura aventura. Prevendo que a autoridade pudesse tentar reprimir, todos os organismos de Direcção nos sectores da cortiça e da pesca estavam ganhos para responder à repressão tocando a reunir em concentração no Rossio.

Em 1946, as populações de ermidas, grândola e sines entram em acção contra o racionamento¹³

Salazar jogava com o facto da “neutralidade” na Segunda Guerra mundial para esconder um dos factos mais marcantes e criminosos do regime, que foi o do envio para a Alemanha nazi o nosso volfrâmio para alimentar a indústria de guerra alemã, assim como o arroz, o azeite, o açúcar (vindo das ex. colónias portuguesas), a carne de porco e o trigo, que Salazar já vinha fazendo desde 1936 no apoio material às forças fascistas do General Franco, o que levou ao esgotamento das nossas reservas alimentares em termos de farinha de trigo, gorduras e açúcar.

Obrigados a irem para as bichas que começavam durante a noite para conseguirem no dia a dia adquirir o pão, o racionamento do azeite era apenas de 2 decilitros por semana para cada lar; o

¹³ de Américo Leal, do R.A.L., e participante

toucinho, 150 gramas; o açúcar 100 gramas e o arroz, fora do mercado negro, só para alguns que se deslocavam à “Mercantil” em Santiago do Cacém, onde dispensava, 250 gramas a cada pessoa.

Isto originava um forte descontentamento e uma grande disposição de luta pelo aumento do volume dos alimentos racionados, que no Alentejo Litoral teve início em Emidas, concelho de Santiago do Cacém.

Ermidas, na luta pelo pão e contra o racionamento

Num dia em que na padaria o pão à venda não chegava para metade das pessoas que deste a noite aguardavam a sua vez, a multidão presente, apercebendo-se da situação, indignada, gesticulava em forte protesto exigindo pão, acusando o regime salazarista e disposta a não arredar pé dali sem pão.

A GNR ao ter conhecimento da situação compareceu em força prendendo mulheres e os homens que mais protestavam, o que levou em seguida a população a exigir a sua libertação, conseguindo-o no dia seguinte. Com isto ficou claro para todos, em Ermidas e na região, que foi graças ao protesto das pessoas e à luta firme da população pela libertação dos presos que a partir daí passou a haver pão para todos.

A seguir a ermidas, a população de grândola, em peso, concentrou-se na câmara municipal

Obedecendo a uma grande mobilização pela organização do Partido, perto de 2 mil pessoas, trabalhadores e população, concentraram-se na C.M.G. contra o racionamento, colocando o aumento do volume dos alimentos como uma necessidade imperiosa.

Sempre acompanhada pela participação de uma força da GNR, uma Comissão representativa entregou na Câmara a exigência quanto ao racionamento, acabando a população por se retirar ao fim de certo tempo em protesto, levando consigo apenas a promessa de que a Câmara informaria as entidades competentes do “compreensível pedido apresentado pela população”

Em sines, a luta contra o racionamento começa com a paralisação de todas as empresas e dos pescadores

Os exemplos do que se passou em Ermidas em que a GNR começou por prender algumas das pessoas que protestavam por não haver pão, e em Grândola, em que apesar da grande concentração nada de concreto foi conseguido, deram à organização de Sines a ideia de que só por uma acção de tipo superior a população seria de facto atendida.

E foi nessa base que a Direcção da Organização de Sines decidiu convocar um grande plenário de quadros das classes profissionais existentes, que teve lugar no pinhal junto à Quinta dos Passarinhos, afim de avaliar a disposição de luta dos trabalhadores para partir para uma forma de acção em força, capaz de enfrentar a possível repressão e de obter resultados palpáveis.

No plenário, apesar de haver uma dúvida quanto ao êxito da luta, a decisão unânime e entusiástica foi de paralisação laboral dos corticeiros, dos pescadores e na construção civil a partir das 13 horas, sendo assente no plenário o dia e a hora (13,30) para a concentração na Câmara.

Sem que tivesse sido distribuído qualquer documento, os corticeiros pararam o trabalho às 12 horas, saíram para almoço, concentrando-se com os pescadores, a construção civil e os populares junto

à Câmara, sendo visível a presença dos respectivos organismos de Direcção da sua classe. À tentativa da GNR para dispersar, a multidão, de mais de mil pessoas, nem lhes ligou.

Por se tratar de uma mobilização do PCP e como tal entendida por muitos, o camarada José Maria Ferreira, político de grande prestígio expôs porque estavam ali, propondo que se elegeisse uma comissão para apresentar ao Presidente da Câmara a reclamação que, pelas propostas apresentadas ficou composta por Joaquim “Terruta”, Guiomar Garcia, uma pescadoras de nome Luísa, Maria Luísa Duarte e uma outra pessoa que se perdeu o nome.

Uma vez no interior da Câmara, a Comissão sempre acompanhada por muitas mulheres, com lhes fosse dito que o Senhor Presidente não as podia receber, sem hesitar avançaram para o seu gabinete, cercaram-no, forçando-o a vir junto da multidão colocar o que tinha a dizer.

Como o Presidente dissesse apenas que se comprometia a transmitir ao Governo a exigência da população, e como no diálogo que se seguiu não passasse da promessa, ali mesmo à sua frente, o camarada do Organismo Regional responsável pelo acompanhamento da organização de Sines interveio em voz alta, para colocar ao Presidente que os trabalhadores e a população não estavam ali para saber se aceitava colocar ao poder central a reclamação da população, mas sim para exigir do Presidente da Câmara o aumento do volume do racionamento dos produtos alimentares, colocando em seguida aos corticeiros, presentes em número de várias centenas, e aos pescadores, se estavam dispostos a continuar a paralisação caso a reclamação não fosse aceite pelo Presidente, obtendo como resposta a afirmação ruidosa de que a paralisação continuaria até ser satisfeita

O Presidente não teve outra alternativa senão seguir naquele mesmo dia a acompanhar uma delegação composta por elementos da Comissão e o representante do Instituto dos Abastecimentos em Sines, que se deslocou à Intendência dos Abastecimentos em Setúbal para decidirem o aumento do racionamento no azeite.

No dia seguinte, às 8 horas da manhã a vila estava ocupada por forças da GNR a cavalo deslocada de Santiago do Cacém e do Regimento de Infantaria 11 de Setúbal. Nas ameias do castelo foram montadas metralhadoras e na rua que dá acesso à Câmara só deixavam passar os elementos da Comissão que se deslocou a Setúbal. As forças militarizadas limitaram-se ao aparato intimidatório, tendo a acção da população sido completamente vitoriosa e o aumento, substancial, começou a ser distribuído dois dias depois.

A juventude de grândola escreveu em 1952, uma importante página em defesa da paz¹⁴

A situação que dá lugar a esta acção de luta pela paz passa-se na vila de Grândola em 1952, em que existia no concelho um forte núcleo de juventude filiada no MUD. Juvenil – Movimento de Unidade Democrática da Juventude.

Em 1952, as tropas militares dos Estados Unidos da América tinham invadido a Coreia para impor pela força um regime fantoche que, dito democrático, serviria os interesses políticos e económicos dos EUA.

14 De Raul Costa, um dos 20 jovens presos

Por todo o mundo, as forças democráticas favoráveis à ideia de que os problemas de cada país devem ser resolvidos pelos próprios povos e contrários à intervenção armada de outros países sob que protesto fosse, manifestaram-se de diferentes formas contra a guerra e exigindo paz.

No nosso país foram feitas milhares de inscrições nas paredes com palavras de ordem de “a Coreia para os coreanos e queremos paz”. Tratava-se com esta acção de tomar uma posição internacionalista em defesa de outros povos e ao lado do povo coreano.

O núcleo de Grândola chamou a si o apelo do MUD-Juvenil para uma recolha de assinaturas em defesa da paz naquele concelho. Com um Abaixo-assinado, a Comissão Concelhia do MUD-juvenil organizou um porta a porta a recolher assinaturas em defesa da paz na Coreia, até que, algumas horas depois a GNR, a mando da PIDE começou a actuar, exigindo que as assinaturas lhes fossem entregues e ameaçando com a prisão. Os jovens resistiram a entregar as assinaturas por ser uma imposição à margem da lei e por representar uma ameaça de prisão para quem tinha assinado, pelo que a GNR levou os 20 jovens que andavam na recolha de assinaturas para a prisão.

Face ao acontecimento a população de Grândola reagiu em defesa dos jovens presos, concentrando-se em massa por diversas vezes frente ao quartel da GNR, exigindo a sua libertação.

Durante vários dias a vila esteve em estado de sítio, tendo Grândola escrito uma importante página na luta pela paz no mundo, contra a repressão e contra o regime opressor do ditador Salazar.

Os jovens acabaram por ser enviados presos para cadeia do Aljube, em Lisboa. Porém, depois de muitos interrogatórios e maus

tratos foram levados a julgamento no Tribunal da Boa Hora, sendo condenados a seis meses e meio de prisão, com multas e perda de direitos políticos por cinco anos.

Pela pressão da população os jovens acabaram por serem todos postos em liberdade, sentindo-se orgulhosos pela posição e firmeza que tomaram quanto à defesa da paz e da não cedência das assinaturas à GNR.

A luta da população de sines contra a prepotência do GAS – gabinete da área de sines (1974/75)¹⁵

A Revolução de 25 de Abril de 1974 libertou o povo português das algemas que o regime ditatorial impôs durante 48 anos. O povo de Sines, viu e sentiu também, quebrarem-se essas algemas. Uma delas e não pouco amordacenta, chamava-se G.A.S.

Ao contrário das promessas que Marcelo Caetano fez ao país na sua deslocação a Sines e no almoço de sardinha assada oferecida pelo Governo a 80 pescadores em 1971, o Complexo Industrial que iria nascer em Sines não tinha como principal objectivo “servir o país e a criação de riqueza para o povo de Sines”, mas simplesmente servir os monopólios, sustentáculos do regime. E não foi preciso esperar muito tempo para que o povo de Sines constatasse a realidade que começava em 1972 a ter corpo e forma.

¹⁵ De Américo Leal, do R.A.L., e participante e de Higinio Pedro da Silva, activista da Comissão de Luta.

As pessoas que sempre viveram da agricultura foram abruptamente retiradas das suas terras de forma compulsiva, e a própria Câmara Municipal viu-se expulsa das instalações no edifício que era propriedade sua, impedida de administrar qualquer parcela da área urbana do concelho e espezinhada a sua dignidade.

A prepotência, o desprezo pelas autarquias e pelos povos dos concelhos de Sines e de Santiago do Cacém passou a ser o comportamento normal do GAS, então uma espécie de Estado dentro do próprio Estado.

Após o 25 de Abril de 1974, numa Assembleia de democratas na Praça Tomás Ribeiro, foi eleita a Comissão de Luta contra a prepotência e as ilegalidades do GAS que, numa exposição com 1600 assinaturas enviada ao Ministro da Coordenação Económica, reclamou, entre outras coisas a demissão do Director do GAS, a revisão urgente dos planos parciais das obras, alteração urgente do plano de urbanização da vila de Sines, inquérito autónomo a todos os casos de expropriação, etc..

A 6 de Setembro de 1974, a Comissão Administrativa da C.M.S. enviou à Comissão de Inquérito às Actividades da Área de Sines uma exposição sobre as ilegalidades na actuação do GAS em que, entre muitas outras coisas reclamava que fosse concedido o direito de assistência aos ex. proprietários expulsos das suas terras que quisessem interpor recurso.

Particularmente entre 1974 e 1986 a luta do povo de Sines contra a prepotência do GAS foi constante, numa unidade de acção somente constatada em alguns períodos da história do povo de Sines.

As concentrações junto da Sede do GAS eram constantes, sendo uma de âmbito regional à base dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém.

A certa altura, bastou a constatação de que o Director do GAS, Eng. António Martins se encontrava na Sede do GAS, para que fosse tocado a rebate e a população acoresse prontamente com tal indignação e disposição de luta que o forçou a sair imediatamente da vila, acompanhando-o até à saída da área urbana, não permitindo que ele voltasse a entrar em Sines.

Depois de muitas exposições enviadas ao Poder Político em nome das populações de Sines e de Santiago do Cacém, crê-se ter sido em 1985 que foi realizado o 1º Encontro Nacional sobre o Complexo Industrial de Sines promovido pelas Comissões de Trabalhadores, Sindicatos e Autarquias de Sines e Santiago do Cacém. A luta só terminou com o reconhecimento dos erros cometidos e o desaparecimento do GAS.

Meus senhores, permitam-me algumas palavras necessárias sobre a reforma agrária no litoral alentejano

Em Maio/Junho de 1974, enquanto os trabalhadores agrícolas se movimentavam na defesa de trabalho, no Litoral Alentejano como em todo o Alentejo e Ribatejo os grandes agrários absentistas sabotavam a economia e o Portugal conquistado com o 25 de Abril.

Ameaçando incendiar as searas; desinteressando-se da extração da cortiça e da execução dos trabalhos ligados às culturas de Primavera e de Outono/Inverno; passando manadas de gado vacum para Espanha e deixando outro ao abandono e à fome, atiraram os trabalhadores agrícolas para o desemprego.

No sector industrial, a ECA (Alvalade), sabotava a preparação da produção de tomate para a transformação; Os grandes fabricantes

de cortiça, como os Amorins, a Muindet, a Granadeiro, Grândola), a Pineco (Ermidas) entraram na sabotagem ao 25 de Abril negando-se a comprar cortiça; Em Sines, grandes empresas ligadas ao Complexo industrial tentaram ostensivamente o despedimento, acção a que os trabalhadores prontamente se opuseram.

Foi na luta por trabalho e pelo pão e tendo como princípio de que a terra é para produzir e dar trabalho, que em Alcácer do Sal, a exemplo dos restantes distritos do Alentejo e Ribatejo, que os trabalhadores agrícolas avançaram com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal, com Sede em Alcácer do Sal e delegações em Grândola, Santiago do Cacém, no Torrão e no Montijo.

Foi na Luta pelo pão e ao apelo do seu Sindicato que se realizaram as maiores Assembleias de trabalhadores agrícolas:

A 11/01/75 em Santiago do Cacém com 2.500; A 17/01/75 em Alcácer do Sal com mais de 1.000 e, no dia seguinte em Grândola, com mais de 600.

Como os grandes agrários não só se negassem a dar trabalho como ainda despedissem os que tinham, a alternativa estava à vista: E foi que ao abrigo do Decreto-Lei nº 600/74 de 25 de Novembro, contra a sabotagem económica e em defesa da economia nacional, a alternativa para os trabalhadores foi de avançar para a ocupação de terras, sempre em concordância com o CRRA, com Sede em Alcácer do Sal, iniciando com a ocupação da Quinta do Corona formando a UCP/Cooperativa Estrela Vermelha a 13/02/1975; a 15/02/75, os trabalhadores da ECA tomaram conta da empresa e puseram-na em laboração.

No Alentejo Litoral foram criadas 68 UCP/Coop. com uma área de 83.431 há, que deram trabalho a 3.038 trabalhadores.

Criando Uniões Coordenadoras nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, como estruturas envolventes para prestação de serviços técnicos à produção e com estações de Máquinas agrícolas, as UCP/Coop., produzindo e lutando, conseguiram resistir 13 anos à feroz e criminosa ofensiva da parte dos Governos PS, PSD, CDS, que actuaram à margem da lei e dos tribunais, espancando e ferindo trabalhadores indefesos por resistir continuar nas terras que os Serviços do Ministério da Agricultura tinha reconhecido a sua ocupação.

Destruindo a Reforma Agrária, os sucessivos Governos deram início à quebra da produção agro-pecuária e do emprego, que se prolongou e chegou à crise a que agora todos somos chamados a enfrentar.

De 1980/98, pescadores e populações de sines e santiago do cacém mobilisam-se contra a poluição; contra a incineração e tratamento de resíduos tóxicos, e pela construção do hospital regional com maternidade em santiago do cacém

Em 1980, os pescadores e a população de Sines exigem, e conseguem, o compromisso para uma melhor localização da Central Térmica;

A 28/05/82, os trabalhadores de Sines paralisaram totalmente a actividade económica da vila em protesto contra a poluição do mar na Costa do Norte;

A 08/06/82, os pescadores de Sines boicotam o porto industrial após horas de reunião nos Paços do Concelho entre a Comissão de Luta, a Autarquia, o GAS e a empresa CNP, forçando esta a não lançar os seus esgotos ao mar até à entrada da ETAR em funcionamento;

A 05/05/90, os pescadores de Sines com o apoio da CMS protestam contra a poluição do mar e, como o protesto não foi atendido, a 27/01/95 paralisaram toda a frota pesqueira;

Em 1996 (?), as populações de Santiago do Cacém e de Sines levantam-se pela exigência da construção de um Hospital Regional em Santiago do Cacém;

Em Maio de 1998, milhares de pessoas dos concelhos de Santiago do Cacém e de Sines, com o apoio das respectivas C.M., formam um gigantesco cordão humano a exigir a construção do Hospital Regional com bloco de maternidade, luta que só terminou quando o hospital passou a ser uma realidade.

